



**ATA N.º 47/XII-3º/2019-20**

1 – Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativo ao exercício de 2019”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2019”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da WEMOB relativo ao exercício de 2019”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Local de Integração Comunidades Ciganas de Almada”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão ao Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU)”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**

**4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio da verificação da renúncia ao mandato do Senhor Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes por decurso do tempo limite de pedido de suspensão do mandato, tendo tomado posse em sua substituição a Senhora Deputada Municipal Fátima Maria da Silva Nogueira Marras.**

**4.1.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Bruno Ramos Dias CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), Augusto António Brinquete Proença (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.**

**4.1.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU) para os dias 25, 26 e 29 de junho, Andreia Sofia Fernandes Egas (CDU), por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano e de Mário José de Sousa Pedroso, António José Olaio da Silva (CDU), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), para os dias 25, 26 e 29 de junho, por impedimento de Sónia Raquel Faria.**

**4.1.3 - O Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos, a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito António Joaquim Oliveira.**

**4.1.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).**

**4.2- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui Jorge Martins em substituição do Senhor Vereador José Gonçalves e a presença do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.**

**4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:**

**4.3.1 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre periodicidade e zonas de limpeza, higienização e desinfeção, enviado para a Câmara Municipal em 8/5/2020, foi respondido em 23/6/2020;**

**4.3.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre plano municipal de ajuda e recuperação da atividade económica local, enviado para a Câmara Municipal em 12/5/2020, ainda não foi respondido;**

**4.3.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre saída da GNR do Castelo de Almada e a reabilitação do imóvel de interesse histórico para a cidade pelo programa REVIVE, enviado para a Câmara Municipal em 14/5/2020, ainda não foi respondido;**

**4.3.4 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre Julgados de Paz em Almada, enviado para a Câmara Municipal em 18/5/2020, ainda não foi respondido;**

**4.3.5 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal em 4/6/2020, ainda não foi respondido;**

**4.3.6 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal em 4/6/2020, ainda não foi respondido;**



**4.3.7** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre requalificação das baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 18/6/2020, ainda não foi respondido;

**4.3.8** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre morte de aves após poda negligente de palmeiras, enviado para a Câmara Municipal em 29/5/2020, foi respondido em 25/6/2020;

**4.3.9** – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque sobre processos judiciais pendentes, enviado para a Câmara Municipal em 25/5/2020, foi respondido em 25/6/2020;

**4.3.10** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre pedido de toda a documentação referente à intervenção que está a decorrer nos acessos à praia da Fonte da Telha, enviado para a Câmara Municipal em 15/6/2020, ainda não foi respondido.

**4.3.11** – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind) sobre medidas de combate à pandemia COVID19 de saúde pública e económicas, enviado para a Câmara Municipal em 24/4/2020, ainda não foi respondido.

**4.4** – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

**4.5** – Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que ter sido atempadamente distribuída a ata n.ºs 46/XII-3.º/2019-20, da sessão extraordinária de junho de 2019, para aprovação pela Assembleia Municipal.

**4.5.1**- Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade a ata n.º 46/XII-3.º/2019-20 e ratificada a respetiva minuta, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, tendo votado os Senhores Deputados Municipais presentes na respetiva reunião.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usaram da palavra os/as Senhores/as Municípes Catarina Azevedo e Pedro Rebelo.

**5.1.1** – A Senhora Múncipe Catarina Azevedo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os trabalhadores da ECALMA o WEMOB, tem um trajeto com este executivo da Câmara Municipal de Almada, que não faz inveja a ninguém. Recusa de aumentos salariais condignos, com vista à reposição do poder de compra de uma década. Negação e mentira, em torno da regulamentação de carreiras. Trabalhadores sem acesso a balneários, inclusive em tempos de pandemia. Trabalhadores fiscais, colocados a fazer trabalho da Proteção Civil e das Forças de Segurança, sem qualquer tipo de higienização, das viaturas em que desempenharam funções em pleno Estado de Emergência. Colocam de forma desprotegida os trabalhadores com doenças imunodeprimidas, nomeadamente nos parques de estacionamento, com resposta ao ofício inaceitável. Continuidade de alterações de horários, sem qualquer respeito pelo acordo da empresa, e sem respeito pela vida pessoal e familiar dos trabalhadores. Trabalhadores dos parques sem o fim de semana completo por mês, como manda a Lei e o direito à vida pessoal e familiar. Trabalhadores a serem abordados para adenda aos contratos, para efetuarem quarenta horas semanais em vez das trinta e cinco horas estabelecidas, no acordo da empresa. E mais uma vez, o desrespeito pela vida das pessoas. Assédio moral a trabalhadores, por exemplo, trabalhador administrativo sem funções atribuídas formalmente, é discriminado no horário de trabalho. Como todos os outros trabalhadores fazem jornada contínua. Este cumpre horário normal e presencial. É obrigado a permanecer nas instalações quando todos os trabalhadores com a mesma categoria, ou estão em teletrabalho ou em jornada contínua, para reduzir a permanência nas instalações em estado de pandemia. Este trabalhador vê a sua filha obrigada a permanecer na creche, mais duas horas, sem nenhuma criança para brincar. Confirmado por escrito e pela educadora e enviado para esta Administração e para a Senhora Presidente da Câmara Municipal, mostrando-se esta insensível como uma pedra. Continuam os ofícios sem resposta e agora não é apenas o Senhor Presidente do Conselho Administração, é a Senhora



Presidente da Câmara Municipal. Por último continuamos à espera da macroestrutura desta empresa que nos explica a verdadeira massa salarial dividida por categorias, o rácio de chefias por número de trabalhadores é inacreditável. Respondam aos trabalhadores. A gestão desta empresa é baseada nestas e noutras questões que ainda aqui virão hoje, continua.”

#### **5.1.2 – O Senhor Município Pedro Rebelo:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O contexto está descrito. Agora algumas questões concretas que os responsáveis por este Município insistem em desresponsabilizar-se. Não há respeito pelas pessoas, instituições e pela democracia. Tentam impedir o STAL de entrar em instalações de forma infortuna, pois chamamos as forças de segurança e os direitos foram impostos a quem não respeita direitos tão basilares, quando aqueles que estão inscritos na Constituição da República Portuguesa e no artigo 340º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas ou da Atividade Sindical. Sim, Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, é bom que quando dá uma ordem, apareça quando solicitada pelas Forças de Segurança e se faça representar, pelo menos o executivo que não se dignou a aparecer apesar da solicitação das Forças de Segurança para o efeito. O que é que fizeram? Enviaram um Diretor ou neste caso uma Diretora de Recursos Humanos, que inclusive se recusou a dar explicações, obviamente porque não há explicação a dar às Forças de Segurança. Mas o STAL nesse dia, entrou nas instalações como entrará sempre em qualquer circunstância em que os trabalhadores assim o indiquem e o STAL fará sempre o seu trabalho em prol da democracia também, apesar do combate que é dado a essa componente democrática. Mas nesta empresa, devemos e podemos falar dos procedimentos disciplinares para despedimento, até em pleno Estado de Emergência se atreveram a ditar a sanção de despedimento, com tudo o que de violento isto significa para um trabalhador neste contexto. Alguns tiveram processos por exercerem direitos tão basilares como o direito de greve, claras tentativas de intimidação aos trabalhadores que não se deixam intimidar. Estamos em Tribunal e vamos ganhar. Os trabalhadores vão ter ficha limpa e vão ser integrados custe o que custar. Perante este cenário, os trabalhadores através do STAL, recorreram várias vezes à representante máxima do acionista único desta empresa à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada e encontrou sempre uma casa fechada a sete chaves e com recusa de nos receber. Não aceitamos. As instituições democráticas devem ser abertas e acessíveis aos municípios, mas principalmente aos trabalhadores.

Por último, o momento que nunca pensamos que os trabalhadores da ECALMA o WEMOB pudesse viver. O atraso no pagamento dos salários aos trabalhadores sem que seja dada justificação fundamentada a não ser uma coisa tão leve quanto um problema administrativo para o sucedido. É apresentada uma justificação nublosa para o sucedido e uma espécie de indicação de futuro de eventualmente de dificuldades no seio de gestão da empresa, pois chega de coisas nublosas, vamos ao concreto e vamos falar do concreto, continuamos à espera da macroestrutura como aqui já foi colocado.

Depois, digam o que pretendem para o futuro desta empresa, digam ao que vêm e deixem-se de mentiras como as que já foram utilizadas para justificar impactos que nem conseguem medir na vida das famílias ou dos trabalhadores, estamos aqui a falar da regulamentação de carreiras, que nos foi prometida, foi inclusive prometido nesta casa, dito pela Senhora Presidente, que estava em andamento o processo de carreiras e a regulamentação de carreiras ainda hoje estamos à espera dessa regulamentação e os trabalhadores e as suas famílias, agradeceriam certamente que isso acontecesse. Os trabalhadores trabalharam, eles são credores só não são instituição bancária, são uma instituição humana, que este executivo insiste em desrespeitar das mais variadas formas, paguem aos trabalhadores imediatamente. Sejam pessoas e não burocratas ou tecnocratas com justificações desumanas para seres humanos. Os trabalhadores têm o direito ao salário, digam lá, qual é o futuro da empresa, qual o compromisso de pagamento. Da parte dos trabalhadores a luta continua é um chavão, mas é verdade.”

**5.2 - Em resposta aos Senhores Municípios, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU), a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.**

#### **5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU).**



72

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As questões que nós acabamos de ouvir por parte de dois trabalhadores da Câmara Municipal, um da ECALMA outro não, dirigentes sindicais, já não são novas para nós infelizmente, já recorrentes, com frequência vêm a esta Assembleia Municipal. A grande novidade que foi hoje dada foi a de que há salários em atraso na ECALMA. Há trabalhadores que prestaram o seu serviço que deviam ser retribuídos a tempo e horas pelo serviço que prestaram e que não foram retribuídos. A questão que nós gostaríamos de colocar muito frontalmente à Senhora Presidente da Câmara, é qual a razão objetiva para que os trabalhadores da ECALMA não tenham recebido os seus salários no tempo devido como é de direito, é esta a questão muito frontal que gostaríamos que a Senhora Presidente da Câmara nos respondesse.”

**5.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há um assunto preocupante que não pode ser escamoteado, que tenho a garantia por parte do Presidente do Conselho de Administração da WEMOB que no início da semana que vem será resolvido que tem de facto a ver com o atraso no pagamento de salários. Prende-se com duas grandes questões. A primeira das grandes questões é o facto de o WEMOB estar há quatro meses, o WEMOB como outras empresas municipais do género, estar há quatro meses sem receber. Ou seja, as receitas que tem são com as assinaturas dos parques e pouco mais porque como sabem foram suspensos todo o tipo de coimas e inclusivamente até ao nível das novas receitas, ao nível dos concessionários de praia também foi atribuído um prazo que termina agora no final de junho. Acresce que fomos confrontados, aliás a Administração vem-nos propor isso, mas fomos confrontados que o Município está impossibilitado por Lei e é algo que já pedimos inclusivamente ao Governo para que seja revisto, está impossibilitado por Lei no âmbito mesmo no âmbito do COVID-19 de financiar a emergência a WEMOB. Está a ser feito e penso que para semana estará concluído, mas antes disso os trabalhadores terão o salário. No Contrato-Programa vai ser repercutido justamente as consequências da pandemia. Eu quero deixar aqui uma mensagem muito clara aos trabalhadores da WEMOB. No executivo nem sempre tivemos a mesma posição e é conhecida de todos. Nós os Vereadores do PS, sempre defendemos a WEMOB e continuamos a defender não só a sua existência como a sua requalificação. E quero deixar aqui também um agradecimento aos Senhores Vereadores do PSD, que quando foi a alteração estatutária e, portanto, quando dizem que não sabem qual é que é o futuro que se quer para a WEMOB, eu penso que ainda o ano passado tivemos uma alteração estatutária da WEMOB, com o reforço de competências da WEMOB, com a gestão do litoral também pelo WEMOB, para lhe dar maior solidez, maior credibilidade, maior eficácia. Isso obviamente foi tudo feito sem contar com o tsunami que chegou, e eu só posso fazer aqui enquanto Presidente da Câmara Municipal, e Vogal da Administração, fazer desde já o mais sentido pedido de desculpa por este atraso de pagamentos que eu considero inaceitável. E quero deixar isto muito claro, considero inaceitável. Dito isto há outras questões que foram aqui trazidas e eu lamento, mas que não correspondem à verdade. Os trabalhadores da WEMOB tiveram aumentos muito acima de qualquer outro trabalhador, aliás, aumentos na ordem dos 20€ (vinte euros) mensais para os salários mais baixos, acima do que estava estabelecido para a função pública. Foi também verificado que no dia 5 deste mês, foi enviado ao STAL um pedido por parte do Presidente do Conselho de Administração, uma listagem dos tais ofícios que não tinham resposta. E tanto quanto me foi dado saber hoje, essa resposta, essa listagem dos ofícios ainda não tinha chegado. Quero também dizer que processos disciplinares é gestão interna da empresa. E neste momento eu não estou em condições de avaliar se é justo ou se não é justo, mas certamente não é novidade, nunca foi novidade, nem no WEMOB, nem na Câmara Municipal, são coisas que acontecem. E os direitos dos trabalhadores até contestarem mantem-se, felizmente temos Leis que protegem os trabalhadores caso haja qualquer atitude abusiva. Por fim quero também deixar aqui uma nota muito clara. Importa lembrar, que não gostaríamos que a situação da empresa também se deve, porque desde a primeira hora e não foram todos, nunca termos adotado o regime de lay-off para os trabalhadores da WEMOB. Isso podíamos dizer, é uma avaliação de gestão foi uma opção de gestão. É uma opção de gestão difícil, como estamos a ver, mas foi essa a opção que se tomou. Não houve um único, apesar de não haver fiscalização, apesar de terem sido suspensas todas as contraordenações, não houve um único trabalhador da WEMOB posto em lay-off. Para uma empresa que é uma empresa do foro comercial, como sabem é uma S.A., 100% com capitais públicos, mas rege-se pelo regime das Sociedades Comerciais. E isso é importante dizer, e uma empresa que



depende das suas receitas para funcionar como está provado. E, portanto, quero dar aqui esta palavra aos trabalhadores, da mesma maneira que pusemos todo o empenho em que nenhum trabalhador visse o seu salário imputado, garanto também que no mais tardar, no início da semana que vem terão os seus salários por inteiro mais o subsídio de férias o subsídio de refeição e tudo a que têm direito. Relativamente aos outros casos, eu peço desculpa, o STAL tem uma tendência para fazer às vezes declarações um pouco deselegantes. Quando diz trabalhadores, não. São casos específicos de trabalhadores e hoje mesmo pedi algumas das informações. Não houve trabalhadores a obrigados a fazer o que não pretendiam, tanto quanto sei hoje mesmo reuniram com a Administração da WEMOB, tanto quanto me foi transmitido a questão das quarenta horas, foi concertada com os trabalhadores, foi vista com os trabalhadores, como sabem não tenho funções executivas, isto é o que me foi transmitido e de qualquer maneira é um horário de trabalho normal, porque eu volto a dizer, os trabalhadores da WEMOB não são funcionários públicos. É assim, são empresas municipais. Resumindo e voltando a dizer, a hora é preocupante, também não escondo, partilho a grande preocupação, contem com todo o nosso empenho para salvar todos os vossos empregos.”

### **5.2.3 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve apenas para repor alguma verdade com toda a tranquilidade que tenho relativamente a estas matérias. O executivo e nomeadamente eu, porque fui acusada diretamente, não quero impedir os Sindicatos de nada. Os sindicatos vão aos locais de trabalho, entram naquilo que é o espaço público, deixam a informação que querem, acontece isto todos os dias. No sítio onde estou vejo isso todos dias, não há nenhum problema. Aquilo que foi pedido aos sindicatos é uma outra coisa completamente diferente, é que se quiserem entrar, que é aquilo que acontece, no local onde os trabalhadores estão a trabalhar, que informem ou que me informem ou que informem o executivo, para que nós possamos avisar os Dirigentes e o trabalho não seja absolutamente interrompido sempre que entendem que podem entrar e podem reunir dentro das instalações onde os trabalhadores estão a trabalhar. Aliás, temos trabalhadores que se queixam disto. E são todos trabalhadores, independentemente das posições que tenham relativamente a A, B ou a C. Portanto, aquilo que foi escrito e foi escrito por mim, foi pedido e já o fizeram, mas nesta altura entenderam que não o deviam fazer. É que digam querem no dia tal ir a tal sítio, é marcada a hora, são avisados os Dirigentes e criadas as condições para que isso aconteça. Por isso não é verdade que se queira impedir ninguém, nunca se quis impedir ninguém, e toda a gente que está nas instalações da Câmara Municipal sabe que isto não é verdade, basta ir a várias e ver que assim não é e, portanto, eu apenas peço que haja urbanidade nesta relação para que possamos todos viver em paz, o que só beneficia num clima de serenidade, o que só beneficia sindicatos, trabalhadores e executivo, todos nós beneficiamos com isso. Agora, desculpem, eu tenho a consciência muito tranquila de que, não vê por mim que estas relações se azedam. Azedam-se por outras razões que eu poderei explicar, mas que se calhar também não sou capaz de explicar. E, portanto, é isto a verdade dos factos, ninguém impediu ninguém de entrar numa instalação, se fosse para a normal passagem pelas instalações para deixar publicidade. Para ir reunir com os trabalhadores não pode ser, há regras, e o próprio Código do Trabalho e a Lei do Trabalho em Funções Públicas, as cria.”

### **6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

#### **6.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU) para uma declaração política.**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São tempos difíceis os que todos atravessamos. Em plena pandemia provocada pelo Covid-19, todos reconhecemos os seus enormes impactos, não apenas pelos efeitos diretos ao nível sanitário e da saúde pública, mas igualmente pelos profundos efeitos negativos nos planos social e económico, que atingem duramente centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias. A resposta pública a esta realidade e em particular a resposta pública aos seus impactos sociais e económicos, sendo prioritariamente uma responsabilidade do Estado, não pode deixar de envolver uma intervenção ativa e decidida das autarquias locais, do Poder Local Democrático. Uma situação de crise como a que vivemos exige não apenas uma resposta sólida, estruturada, organizada e eficaz, mas também que essa resposta assente numa base absolutamente transparente e escrutinável em todos os seus aspetos, componentes e condições efetivas de aplicação das medidas. Por isso



JK

impõe-se as perguntas: estão identificadas, e são conhecidas as medidas concretas a aplicar pela Câmara Municipal de Almada, no quadro da pandemia? Estão suportadas e orçamentadas em planos próprios? Pensamos que não. E as poucas que são enunciadas são insuficientes. Importa por isso esclarecer, mais uma vez, que para a CDU é urgente tomar as medidas concretas que, no âmbito das competências das autarquias, possam responder às necessidades dos almadenses. O PS na Câmara Municipal, anuncia a criação de um amplo (designando-o por ambicioso) “programa de apoio aos cidadãos que se encontrem em situação de vulnerabilidade e fragilidade económica: o Plano Almada Solidária”. Esperava-se um verdadeiro Plano que minorasse as consequências dos afetados pela pandemia. Este plano, que resulta da adaptação de um programa municipal que existia desde 2014, chamado Plano Municipal de Emergência Social, desenhado e contruído para minorar os impactos da crise provocada pela intervenção e ação das troicas nacional e internacional junto da população mais desfavorecida e vulnerável, contem linhas genéricas não assentando em propostas concretas. Afirma-se que esse programa se encontra dotado de um investimento de cinco milhões de euros até 2021, sendo que para 2020 serão 1,6 milhões desse bolo. Mas o que acontece, na verdade, é que o programa que o PS fez aprovar não inclui nenhuma verba concreta associada; zero euros de financiamento dos seus três subprogramas. Nenhum compromisso formal. Nem cinco milhões de euros, nem um cêntimo apenas. Mas como chega o PS ao valor de que fala, considerando apenas o ano de 2020 e os 1,6 milhões de euros referidos? Chega lá falando em 800 mil euros referentes à manutenção de contratos, protocolos e apoios nos âmbitos cultural, desportivo e familiar, que são compromissos anteriormente assumidos pela Câmara Municipal com entidades diversas, e devidamente refletidos no orçamento municipal para 2020, logo considerados pela CDU como insuficientes. São compromissos que apenas poderiam deixar de ser plenamente executados se o Município de Almada deixasse de ser a pessoa de bem que sempre foi. Nada de novo foi criado. Fala depois dos apoios ao nível do Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo (RMAMA), como se este programa não existisse há muitos anos, sempre dotado, aliás, de verbas mais substanciais para responder às suas reais necessidades. Diz que serão investidos neste programa 600 mil euros, escamoteando, no entanto, que este valor se encontra igualmente previsto no orçamento municipal para 2020. Trocando os números por miúdos, somando os 800 mil euros relativos à manutenção dos protocolos pré-existentes aos 600 mil euros previstos no âmbito do RMAMA, onde se inclui o apoio concreto às instituições de bombeiros voluntários, às instituições com creches e infantários, aos centros de dia para os mais idosos, às instituições de cultura, desporto e recreio, às universidades seniores, também ele pré-existente, o que efetivamente já estava comprometido no orçamento municipal para o ano de 2020 e antes da pandemia se instalar, era um montante de exatamente 1,4 milhões de euros. Daqui decorre que a verba destinada aos vários programas de apoio suplementar, são da ordem de 200 mil euros. Onde se fala em “reforço” do investimento previsto em função da pandemia, deve ler-se afinal, e simplesmente, continuidade do plano de atividades aprovado e em vigor desde o final de 2019! Os apoios que o PS considera “reforços”, não passam na realidade, e na sua esmagadora maioria, de compromissos do Município pré-existentes à crise da pandemia. Por outro lado, neste frenesim proclamatório e de propaganda, o PS rejeita, e manipula, deliberadamente as posições da CDU. Por exemplo, o PS rejeitou a proposta da CDU, que em vez de 200 mil euros como “medida complementar”, fossem disponibilizados pelo Município um milhão de euros como medida efetiva de apoio a todas as estruturas associativas afetadas pelas consequências da paragem de atividade durante a pandemia. Quatro vezes mais de apoio ao tecido cultural, desportivo, recreativo, associativo e outros no nosso Concelho. Se o PS quisesse ser sério – no atual quadro de crescentes dificuldades sociais e económicas nas diferentes vertentes da vida dos almadenses, procurava os entendimentos políticos necessários para encontrar as respostas adequadas aos efeitos da pandemia. A CDU votou favoravelmente todas as propostas submetidas a deliberação da Câmara Municipal no âmbito deste plano, que foram até ao momento três – protocolo de colaboração o âmbito do Programa abem - Rede Solidária do Medicamento; protocolo de colaboração com o Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal; e Medida Complementar de Apoio às Associações e Coletividades –, porque elas sim se encontravam devidamente fundamentadas, foram apresentadas com compromisso orçamental e verba concreta atribuída.

Em conclusão, a CDU reafirma que estará sempre na linha da frente do apoio a todas as medidas que visem a melhoria das condições e qualidade de vida dos Almadenses. Mas a CDU jamais passará cheques em branco relativamente a medidas vagas e omissas, que podem ser tudo mas podem também não ser nada. São, sem dúvida, bonitas as palavras de apelo à união de todos para que ninguém fique para trás. Comungamos dessa



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

preocupação. Mas é indispensável que as palavras correspondam integralmente à prática e à realidade. Com o PS em Almada isso está muito longe de acontecer, e quem perde é Almada e são os Almadenses.”

**6-1.1** - No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ivan Gonçalves (PS), José Lourenço (CDU), Pedro Matias (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal e ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

**6.1.1.1** – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A declaração política que nós acabamos de ouvir, enquadra-se naquilo que é verdadeiramente o novo ciclo que a CDU abriu no Concelho de Almada. E de facto, aquilo que estamos perante, é o inaugurar do ciclo mediático a que a CDU nos vai habituar e nos tem habituado ao longo das últimas semanas e que nos vai habituar durante os próximos meses. A CDU, verdadeiramente em Almada neste momento inaugurou o circo e nós nas últimas semanas temos assistido de tudo. Desde autarcas em funções a apelidarem de “tralha” tudo aquilo que são os outros eleitos que foram democraticamente eleitos no Município de Almada, mas ao mesmo tempo temos visto também os autarcas da CDU ou os autarcas da CDU em Almada, o PCP e os Verdes, a tentarem fazer ruído com questões que não merecem e que não estão clarificadas e não justificam este tipo de ruído apenas para baralhar, fazendo uso das técnicas mais rasteiras de comunicação ou de descomunicação política que nós podemos assistir. Aliás, a CDU tem vindo a levantar durante as últimas semanas até sobre a questão das recentes intervenções que são feitas na Orla Costeira, um manto de suspeita sobre tudo o que é feito neste Concelho que é amplamente injustificado. A mesma CDU que agora vem dizer que não há nenhum indício nesse sentido ou não há nenhuma entidade que o diga que foi cometida nenhuma ilegalidade no nosso Concelho relativamente às obras que estão neste momento a ser feitas na Fonte da Telha. Mas é a mesma CDU, que há poucos anos, tinha como principal figura em Almada e principal autarca Maria Emília de Sousa, acho que estão bem recordados da ex-presidente Maria Emília de Sousa, que defendia a construção de uma via turística que atravessava e que retalhava a Mata dos Medos, e sobre isso não havia nenhum problema do ponto de vista ambiental, não havia nenhum problema do ponto de vista da conservação do património. E, portanto, hoje aquilo que vimos aqui falar e as questões que nos vêm ser colocadas são sobre medidas no quadro da pandemia, nós tivemos uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, que até foi convocada e todos nós sabemos, porque os autarcas do Partido Socialista também entenderam que era importante que fosse feito um esclarecimento a todos os almadenses, fizemo-lo no dia 5 de junho, eu acho que os autarcas da CDU estiveram presentes nessa Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, ouviram tudo aquilo que são as medidas que o Município está a tomar para fazer face a esta pandemia e o PCP, que é o partido que no país, mais age como se não existisse uma pandemia, como se nós não estivéssemos perante o maior problema sanitário dos últimos cem anos, o partido que em todo o país desvaloriza aquilo que é a ação que é feita no combate à pandemia e temos visto ainda nos últimos dias sobre as medidas que têm vindo a ser tomadas na Área Metropolitana de Lisboa, a posição que o PCP tem vindo a tomar e nós sabemos muito bem, quais é que são as motivações que estão por trás dessas posições, a verdade é que o PCP neste momento já só vê eleições à frente. Já só vê eleições à frente. Falta mais de um ano e em Almada o PCP só vê eleições à frente. Mas o que nos parece é que este é o tempo para trabalhar, não é o tempo para fazer declarações proclamatórias. E, portanto, aquilo que os almadenses mereciam era um PCP diferente. Era um PCP que apesar de estar na oposição e só está na oposição porque não venceu as eleições, desculpem, é verdade, mas mesmo estando na oposição, os almadenses mereciam uma oposição que se preocupasse com os seus interesses. Que se preocupasse com os interesses das populações e não estivesse permanentemente a querer montar um circo mediático a fazer foguetório e a fazer com que no fim de contas a tentar tirar dividendos desta crise, que é uma crise que afeta os portugueses, que afeta os almadenses, todos nós sabemos aquilo que se tem passado e que neste momento a única coisa que preocupa o PCP é retirar dividendos desta mesma crise. Nós estamos certos que os almadenses vão saber dar resposta a esta questão, não agora, porque agora é o tempo para trabalhar, nas próximas eleições a resposta será dada a todas estas atitudes e a esta falta de respeito democrático por aquilo que são as decisões que os almadenses têm tomado.”

**6.1.1.2** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu só quero deixar aqui uma nota que de facto não deixa de ser surpreendente, depois de termos tido uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, exclusivamente sobre a questão do COVID-19 e as medidas de combate tomadas pela Câmara Municipal de Almada. Se bem me lembro o PCP, a CDU pouco ou nada disse que aliás é o seu habitual, pouco ou nada propôs, aliás que eu saiba, a única proposta de facto, desde o início da pandemia, o único contributo que a CDU decidiu dar foi esta tal medida de 1.000.000.00€ (Um milhão de euros) não se sabe aonde, nem para quem, nem em que situações, era assim, é foguetório, e nós perguntamos na reunião de Câmara, mas a quem, como, de que forma? Como é que querem atribuir? Qual é o universo? Em que circunstâncias? Não interessa. Porque de facto, o que interessa é poder publicar e proclamar um 1.000.000.00€ (um milhão de euros). Relembro aquilo e penso que já disse numa reunião de Assembleia Municipal, lembrar que em 2019, o tal, este executivo, terrível do Movimento Associativo, em 2019 este executivo atribui a todo o tipo de associações, 7.540.279.00€ (sete milhões, quinhentos e quarenta mil e duzentos e setenta e nove mil euros). E isto eu volto a dizer, comparado aos 5.161.884.00€ (cinco milhões cento e sessenta e um mil e oitocentos e oitenta e quatro mil euros) de 2015, imagine-se, entre este executivo terrível para o associativismo e os grandes defensores do associativismo, há um aumento no apoio na ordem dos 46%. Mas posso dizer, em 2016 já foi, 6.576.000.00€ (seis milhões quinhentos e setenta e seis mil euros), em 2017, 6.512.000.00€ (seis milhões quinhentos e doze mil euros), em 2018, 6.483.000.00€ (seis milhões quatrocentos e oitenta e três mil euros). Senhores/as Deputados/as há aqueles ditados populares, “mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo”, lá diz o povo. Vou só terminar. Esta de facto, é a atitude da CDU, contribuir para o bem-estar e para a resolução? Zero. Quando o debate é instalado não participam, mas vão esperar a próxima reunião, para poderem fazer uma declaração política com que objetivo? Para que não possa haver contraditório. Eis o sentido democrático da CDU em Almada.”

**6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para protestar em relação à passividade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente a uma intervenção absolutamente inaceitável. Trata-se de uma declaração política, vivemos num Estado de Direito Democrático, as forças políticas têm o direito a exprimir a sua opinião e ninguém tem o direito de vir aqui emitir as opiniões que a Senhora Presidente acaba de emitir. Mas a responsabilidade não da Senhora Presidente da Câmara Municipal, é do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.”

**6.1.1.4 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, registei a sua opinião. Da próxima vez que elaborar um protesto relativamente à atuação do Presidente da Assembleia Municipal, eu agradeceria que referisse a norma regimental que foi violada para poder de facto tirar as ilações devidas.”

**6.1.1.5 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou intervir apenas a propósito desta última afirmação da Senhora Presidente da Câmara Municipal. Do apoio ao Movimento Associativo. Não é fácil fazer isto, mas eu gostaria que todos os Deputados/as Municipais tivessem a oportunidade de ver as centenas de páginas que existem dos relatórios dos vários anos, sobre as transferências que são feitas, quer correntes, quer de capital. Isto que a Senhora Presidente da Câmara disse, a propósito de que se apanha mais depressa um mentiroso do que um coxo, aplica-se claramente a ela, aplica-se claramente a ela. Analisando as várias centenas de páginas com as despesas das transferências correntes e de capital efetuadas pela Câmara Municipal de Almada, anualmente e em particular os últimos cinco anos, mostramos o seguinte: 76,4% do valor das transferências hoje efetuadas pela Câmara Municipal, não têm como destinatários o Movimento Associativo na sua globalidade e as Coletividades em particular. Com a CDU, essa percentagem era bem inferior, 66%. De acordo com o Relatório e Contas de 2019, se for preciso eu digo o número da página, são muitas páginas, dos 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) de transferências



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

efetuadas, 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) foram dirigidos para outras instituições que não Movimento Associativo, Coletividades e Particulares. As transferências mais significativas foram para as Juntas de Freguesia, 3.349.000.00€ (três milhões trezentos e quarenta e nove mil euros), para a Área Metropolitana de Lisboa, 1.448.000.00€ (um milhão quatrocentos e quarenta e oito mil euros), para as Associações de Pais e Encarregados de Educação, 1.231.000.00€ (um milhão duzentos e trinta e um mil euros), tudo isto são transferências. Para o Instituto Piaget, 506.000.00€ (quinhentos e seis mil euros), para a Federação Portuguesa de Natação, 387.000.00€ (trezentos e oitenta e sete mil euros), para os Agrupamentos de Escolas 310.000.00€ (trezentos e dez mil euros) para subsídios a alunos no âmbito dos transportes escolares 383.000.00€ (trezentos e oitenta e três mil euros). E para além destes, existem pelo menos duas transferências correntes que gostaria de ver explicadas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Uma transferência é para a New Systems Power For Bands, no valor de 202.000.00€ (duzentos e dois mil euros), uma transferência. E uma outra transferência para a Ocean Events no valor de 317.000.00€ (trezentos e dezassete mil euros). No grupo das coletividades e é disto que nós falamos, outro Movimento Associativo de carácter mais social e cultural, destaca-se o apoio à Companhia de Teatro, cerca de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) ligeiramente inferior ao apoio de 2017, o apoio ao Teatro Extremo 145.000.00€ (cento e quarenta e cinco mil euros) enquanto que em 2017 foi de 200.000.00€ (duzentos mil euros), o apoio à Companhia Paulo Ribeiro, 120.000.00€ (cento e vinte mil euros) e o apoio à Santa Casa da Misericórdia de Almada, 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros) apoio este que se tem mantido ao longo de vários anos. Comparando dois anos, 2016 e 2018, verificamos que mesmo juntando as transferências para os Bombeiros, às Coletividades e ao outro Movimento Associativo, nomeadamente as IPSS, estas transferências representam em 2016, 4.300.000.00€ (quatro milhões e trezentos mil euros) enquanto que em 2019, o tal ano nunca antes visto de apoio ao Movimento Associativo representaram 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros). E muito se poderia ainda dizer sobre estes apoios. Mas fica para depois. Pois efetivamente a análise aprofundada destas transferências, deste rol de centenas de páginas com transferências, permite-nos perceber a forma como num ápice e de pé para mão, surgem associações, que tão depressa nascem como morrem, mas que em determinados momentos dão jeito. Eu concluía dizendo isto: é preciso nas transferências fazer a separação entre aquilo que são Coletividades, outro Movimento Associativo nomeadamente IPSS e as outras transferências. E a Senhora Presidente da Câmara Municipal não fez isso. Mas se quiser eu posso lhe ensinar a fazer.”

### 6.1.1.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não posso deixar o Senhor Deputado Municipal sem resposta, eu descanso-o já, as tais bizarras transferências foram para um evento chamada Caparica Surf Fest, eu penso que sabe. As propostas foram a reunião de Câmara, foram votadas em reunião de Câmara Municipal, foram mostradas de forma cabal e transparente, portanto não vale a pena estar outra vez a fazer um tom de complô, eu sei que alguns dos Senhores/as Deputados/ad Municipais, sobretudo o líder de bancada, gosta muito das teorias do complô. Engana-se é às vezes nas referências, vê mal. Quando evoca a minha vida engana-se assim em quatro, cinco anos, mas pergunte-me, quando fizer afirmações sobre a minha vida pode perguntar-me que eu respondo.

O Senhor Deputado Municipal gosta também de tomar uns tons de complô, que são estas transferências, para o Ocean, nome estrangeiro, isto é perigoso. Descanse, não tem nada de muito bizarro, estamos a falar do Caparica Surf Fest, como sabe nós aumentamos aliás, a categoria da competição, foi um sucesso extraordinário, este ano não foi possível fazer e eu quero deixar aqui uma palavra a toda a comunidade de desportistas e surfistas que este ano não puderam vir a Almada, depois do grande sucesso que foi a edição de 2019, temos imenso orgulho em o ter feito. Depois Senhor Deputado Municipal, tem aqui transferências correntes, transferências de capital, exatamente as mesmas rubricas Senhor Deputado Municipal, de facto, são muitas páginas, mas eu pensava que não tinha que lhe mostrar como é que se faz um orçamento e como é que se lê um orçamento e contas, mas se quiser como está a acusar-me de não saber ler os números, eu predisponho-me e vamos os dois tomar um café ou vem até ao meu gabinete e mostro-lhe tudo. Esteja descansado os montantes são estes, foram feitos com todo o rigor pelos nossos serviços, eu não ando a inventar números em rubricas, o Senhor Deputado Municipal diz que são muitas folhas, não pode abrir, tem aqui. Tenho aqui e se me der licença



Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pode fornecer isto ao Senhor Deputado Municipal, que ele assim fica mais descansado e já pode resumir as folhas todas.”

**6.1.1.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É pena não haver púlpito, tinha ali uns apontamentos, assim vou ter que falar de improviso, mas são as exigências da pandemia. Quero começar por falar daquilo que se tem passado aqui hoje e quero relembrar o que se tem passado nas redes sociais nos últimos dias. Nos últimos dias, o Senhor Vereador António Matos, veio às redes sociais a chamara “tralha” todos aqueles que não votaram na CDU. Fiquei admirado porque conheço o Senhor Vereador António Matos há uns anos e ser uma pessoa urbana, educada e eu até pensei que lhe tivessem pirateado o facebook e que tivessem colocado aquilo, pensei que fosse alguma brincadeira de alguém, mas não. Depois comecei a ver um conjunto de comentários e que o Senhor Vereador António Matos continuava a responder. Portanto, fiquei um pouco triste, em que um Vereador com responsabilidades na Câmara Municipal de Almada durante muitos anos, eu percebo o desespero, entendo o desespero, até da bancada da CDU, está complicada a vida, mas não há necessidade de chamar “tralha” a todos aqueles que não votaram na CDU. Eu não me considero “tralha”, penso que todos aqueles que tiveram outras opções de voto, não se consideram “tralha”, portanto, acho que tem que haver um mínimo de dignidade e de respeito pelas pessoas. Eu sei que os tempos são difíceis, o desespero é grande, mas há muita forma de fazer política e eu acho que isto não é uma forma. Portanto, fica aqui a minha condenação profunda, de que eu não sou “tralha” e não admito que me chamem “tralha”. Depois quero falar sobre o Movimento Associativo e os apoios. E queria dizer uma coisa. Eu nasci em Almada e conheço bem o Movimento Associativo Almadense. Conheço muito bem, melhor do que o Senhor Vereador António Matos. Muito melhor. E todos sabemos, que a última trincheira da CDU em Almada, é o Movimento Associativo. Foi capturado com alguns dirigentes da CDU, atualmente, que fazem o Movimento Associativo, que manipulam as Coletividades, alguns sócios, numa estratégia de conseguir passar uma ideia negativa e errada daquilo que é o investimento do Município. Senhora Presidente da Câmara Municipal, não se preocupe, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Almada é uma cidade mártir, como Berlim, como Praga. Sabe porquê? Tivemos 48 anos de fascismo. Uma ditadura feroz. Que não nos deixava crescer. E a seguir tivemos 41 anos de comunismo, 89 anos de tirania. A Senhora é a primeira Presidente de Câmara que trouxe a liberdade a esta terra e vai ficar na história. A Senhora foi a Primeira Presidente de Câmara que libertou Almada e que trouxe a verdadeira liberdade a esta terra. O Movimento Associativo Almadense, hoje o 25 de Abril ainda não chegou lá. Hoje em Almada, e estão aqui alguns dirigentes associativos comigo, as direções das centenárias sabe onde é que são feitas Senhora Presidente da Câmara? Dentro da sede do Partido Comunista. São feitas lá dentro. Esta é a verdade, todos sabem em Almada, isto é, publico. O Movimento Associativo Almadense, precisa de uma revolução, precisa que os pais dos atletas, os sócios dos clubes, se mobilizem para resolver o problema em vez de colocar o Movimento Associativo ao serviço do Partido Comunista, eles devem estar ao serviço da comunidade onde estão. Isto é necessário acontecer em Almada. E Senhora Presidente da Câmara, continue e deve continuar a apoiar o Movimento Associativo, eles precisam da Câmara Municipal, precisam das Uniões de Freguesia, mas também temos que dizer aqui uma coisa, são estes Senhores e foi o Senhor Vereador António Matos que nestes 27 anos que foi Vereador, que trouxe o miserabilismo ao Movimento Associativo Almadense. Ele hoje não está robustecido, a maior parte dos investimentos eram muito fracos, sabe para quê Senhora Presidente? Leva o dinheirinho e dá cá o votinho. Esta era a lógica de miserabilismo que tinha Almada no Movimento Associativo. Todos sabem disto, quem nasceu nesta terra, claro alguns riem-se, não são de cá, nem sabem o que é o Movimento Associativo. O que se passou em Almada foi uma manipulação absoluta do Movimento Associativo onde o Partido Comunista mobilizava caciques de voto. Toda a gente sabe disto, toda a gente. Portanto, é necessário, de uma vez por todas, devolver o Movimento Associativo aos seus dirigentes, à comunidade, é para isso que ele serve, para que a comunidade local se sirva da coletividade ao nível do laser, do desporto, naquilo que for a sua essência. Portanto, hoje em Almada, miserabilismo construído em Almada, tem um nome, Senhor Vereador António Matos, teve uma estratégia de capturar o Movimento Associativo e colocando-o de joelhos, nunca o robustecendo. E eu gostava de saber se alguma Câmara Municipal do Partido Comunista na Área Metropolitana de Lisboa, que deu 1.000.000.00€ (um milhão de euros) para o Movimento Associativo há um ano, há dois ou há três, eu gostava de saber onde é que deram, em que condições é que



deram. Nós sabemos que é a última trincheira e pedir um acho que é pouco, devia pedir 4 ou 5. Um é pouco, deviam pedir 4 ou 5 milhões. Agora, eu acho que é necessário é continuar a apoiar o Movimento Associativo, aqueles que querem trabalhar e nós percebemos o que está subjacente a estas propostas e eu conheço muito bem o passado. Hoje temos um Movimento Associativo altamente enfraquecido, porque essa era a estratégia do Partido Comunista em Almada. Quanto mais fraco mais dependente, mais dependente mais submisso. O que nós queremos é um Movimento Associativo robusto, autónomo, que trabalhe com a sua comunidade e que não esteja sujeito a vicissitudes do Partido Comunista ou de outro partido qualquer.”

**6.1.1.8 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho a este microfone para poder falar de frente para vocês, porque a Senhora Presidente da Câmara Municipal, insinuou sem, contudo, concretizar, que eu falo da vida da Senhora Presidente de Câmara. Não falo. Nunca falei. E para que não restem dúvidas, eu vou aqui dizer-vos, cara a cara, exatamente qual foi o comentário que eu publiquei nas redes sociais, que levou a Senhora Presidente de Câmara pela segunda vez, já me confrontou isto uma vez, esta é a segunda, a dizer que eu falo da vida dela. O comentário que eu publiquei tinha a ver com a participação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, não era Presidente da Câmara nessa altura, nas conferências de Bilderberg, convidada pelo Dr. Francisco Pinto Balsemão, então responsável pelas conferências de Bilderberg em Portugal, e como todos sabemos, proprietário do Jornal Expresso. Que é proprietário também do polígrafo. E, portanto, foi neste quadro que eu fiz um comentário, explicando como é que o polígrafo tão rapidamente tinha vindo dizer uma pequena mentira, uma coisa que hoje todos sabemos que é verdade. Foi assim. Foi isto que eu falei da vida da Senhora Presidente de Câmara. Nada mais. Até porque, a vida da Senhora Presidente, é algo que não me diz respeito nem me interessa rigorosamente nada.”

**6.1.1.9 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu agradeço a folha que me foi dada. Esta folha não diz nada. Esta folha diz assim, apoio ao Movimento Associativo e depois diz, transferências correntes e transferências de capital, tudo junto. Só que a grande questão é esta, o que é que é Movimento Associativo? O que é que é o apoio ao Movimento Associativo? Eu posso-vos dizer que a lista e posso falar de 2019 como posso falar dos anos anteriores. Em 2019 foram dados apoios em transferências correntes e capital a 125 entidades. Destas, algumas claramente são coletividades. Algumas claramente são outras entidades, AML, as Juntas de Freguesia, os encarregados de educação, as Associações de Encarregados de Educação, o role todo dos Agrupamentos. Vê-se que não são Movimento Associativo. Agora, a definição de Movimento Associativo tem muito que se lhe diga, e por isso está na lista dos 125. Ora, o que os serviços da Senhora Presidente fizeram foi assim, nós vamos arranjar o número, o total como eu vos disse, das transferências feitas em 2014, 2016, 2017 e 2018, foram estas correntes e de capital. Em 2014 foi 8.000.000.00€ (oito milhões de euros), em 2016, foi 10.000.000.00€ (dez milhões de euros), o total das transferências, em 2017 foi 10.300.000.00€ (dez milhões e trezentos mil euros) e em 2019 foi 13.000.000.00€ (treze milhões de euros), este número vem no relatório, este foi o total das transferências. O problema agora, é daquelas cento e vinte e tal, entidades, dizer o que é que é Movimento Associativo, o que é que é Coletividades, o que é que são IPSS, quais delas devem ser consideradas num lado ou noutro, e o que é que são outras entidades. Eu fiz a listagem, e por isso vos digo tenho 125.

Senhora Presidente da Câmara, os técnicos que fizeram este valor eu peço que desagreguem unidade a unidade, são 125 parcelas e que depois me digam onde é que eles consideram Movimento Associativo, o que é que consideram outras coisas. Agradeço, porque isto não diz nada, isto é uma burla.”

**6.1.1.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, é uma pergunta que eu também lhe atribuo a si. Então o que é que é o Movimento Associativo? Sabe qual foi a pergunta que nós fizemos aos Vereadores da CDU quando apresentaram a proposta de 1.000.000.00€ (um milhão de euros)? E penso que aliás está gravado, foi numa



JK

reunião de Câmara, mas eu agora confesso que já não sei se foi em reunião de Câmara de confinamento ou não, mas quando apareceu essa proposta, eu penso que não, eu penso que não foi porque o único objetivo da proposta era poder fazer aqui um bus mediático nas redes sociais, mas eu creio ter perguntado justamente ao Senhor vereador António Matos, “então diga lá o que é o que é que define”? Aliás foi o que eu perguntei, é um milhão de euros para quem? Em que condições? Em que situações? Qual é o limite? Qual é o universo? É para sempre, é para um ano, dois anos, dez anos? É porque sabe, na altura inclusivamente, até porque nós sabemos da coerência do PCP, ou CDU, consoante os Municípios, fizemos uma ronda de facto, por todos os Municípios, para saber se por acaso, o PCP que costuma aliás, até ter quando há uma moção em Almada, há em todos os Municípios do PCP, é muito constante e não leve isso como uma crítica pelo contrário, há o lado da coerência, procuramos essa coerência e fomos tentar ver, e sabe estes grandes momentos de incerteza, uma das questões justamente e porque estamos conscientes das dificuldades para todos nessa altura, e por isso é que criamos este apoio suplementar para além do apoio às Coletividades, este apoio suplementar para os equipamentos que aliás, logo que o próprio Movimento Associativo, as próprias Coletividades nos tinham pedido, não encontramos nada, veja lá que curioso que é. Que curioso que é, por uma vez a coerência não estar na ordem do dia. Mas esteja descansado. Relativamente à questão, os Senhores minimizam até o Senhor Vereador pelas competências que teve sabe essa questão. Quando nós atribuímos um apoio a uma atividade que não se realiza, por razões que não são imputáveis a essa atividade, esse apoio ou é um apoio à estrutura, ou é uma reprogramação ou como foi o caso justamente e eu não sabia que minimizava as Associações de Pais, portanto, é uma novidade não sabia de facto, que a CDU minimizava as Associações de Pais, não sabia que a CDU minimizava os empregos no âmbito do contrato da Federação Nacional de Natação, porque eu penso que sabe que um dos grandes objetivos era manter os empregos e sabe que essas aulas não foram dadas. Não foram dadas. E, portanto, foram transformadas, algumas, aquelas que podiam ser em aulas por online, mas há aulas que não podem de todo ser dadas online como sabe. E, portanto, obviamente esses montantes e nós temos obrigações até de clarificação de despesa pública e os Senhores Presidentes de Junta têm exatamente o mesmo problema que nós, estamos todos no mesmo regime, esses montantes têm que entrar como apoio, não é todo o montante, não é todo, é parte do montante. Só que nós agora, isto é um caso de 2020, nós estamos a falar em 2019, em 2019 não havia COVID-19, felizmente, não havia nada dessas coisas. Portanto, são apoios diretos dados. Seja no RMAMA, seja nos protocolos e são exatamente as mesmas rubricas. E quando falarmos do investimento podemos dizer. E que nós o que temos feito e desde o início o anunciamos, é ir fazendo uma clarificação também ao nível contabilístico. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal João Galdes. Senhor Deputado Municipal João Galdes deve-me ter em muita conta, aliás, só omitiu uma parte, é que eu agora passo a ler aqui a coisa. As Conferências de Bilderberg, convidaram em véspera de eleições autárquicas em 2017. Eu confesso que não sei se o COVID-19 foi em 2011 ou 2012, já não tenho a certeza. É público, nunca escondi. Eu não resisto, quando me falam de um sítio cheio de segredos e que me convidam para ir, eu não resisto em ir lá ver e poder comprovar. A mim não me propuseram complô nenhum, e eu apesar de tudo não serei a pessoa mais modesta do mundo, mas achar que eu tenho qualquer tipo de controlo sobre o Dr. Pinto Balsemão e porque Bilderberg me apoia na eleição de Almada, Senhor Deputado Municipal isto está no limite do delírio, desculpe.”

**6.2 –** Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

**6.2.1 –** O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “pela implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É reconhecida por todos a extraordinária importância que os serviços públicos, e em particular os seus trabalhadores, assumem no quadro da satisfação das necessidades que se colocam às populações num amplo leque de áreas da sua vida em comunidade. A situação sanitária provocada pela pandemia Covid-19 veio evidenciar ainda mais essa realidade. Diariamente, milhares de trabalhadores da administração pública local asseguram os serviços essenciais às populações, e desempenham funções insubstituíveis no que respeita à salvaguarda da saúde pública, às respostas sociais, e em geral à garantia da qualidade de vida das populações.



Na Administração Pública Local destacam-se, neste âmbito, os trabalhadores afetos a setores de atividade onde o risco para a saúde é mais elevado, como recolha de lixo, a higiene urbana e a manutenção de infraestruturas de água e saneamento. O desempenho de funções nestes domínios essenciais para a qualidade de vida de todos, acarreta riscos acrescidos para a saúde e a própria vida dos trabalhadores, independentemente da utilização dos equipamentos de proteção individual adequados a cada uma das situações. Os trabalhadores que exercem estas funções estão expostos a um risco superior decorrente da sua atividade, mas não são compensados por esse facto, uma realidade a que acrescem agora riscos adicionais relacionados com a sua permanente exposição a diversos fatores de perigo de contágio pelo Covid-19. Sendo a regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, uma reivindicação muito antiga dos trabalhadores que asseguram serviços essenciais à comunidade, a necessidade desta regulamentação ganha no contexto atual uma pertinência particular. Os trabalhadores das autarquias locais que asseguram estes serviços com forte exposição ao perigo, devem merecer não apenas o aplauso de todos, mas igualmente uma valorização efetiva do seu desempenho. Este suplemento está previsto na lei desde 1998, com a publicação e entrada em vigor da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ficaram previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, desde a sua previsão, até aos termos da sua aplicação, no que respeita ao trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade, continuando os trabalhadores a executar trabalho nessas condições sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida. Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada sublinha a urgência da aplicação imediata do subsídio de insalubridade, penosidade e risco a todos os trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente à Administração Local, que exercem funções de risco. Há que sublinhar que a atribuição de um suplemento por insalubridade, penosidade e risco não constitui um privilégio, mas sim um direito dos trabalhadores. Este é o momento em que se torna inadiável o reconhecimento efetivo deste direito, sendo a sua aplicação da mais elementar justiça e um forte contributo para a dignificação do trabalho e dos trabalhadores. Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25, 26 e 29 de junho de 2020, delibera:

1. Saudar todos os trabalhadores do Município de Almada que diariamente asseguram a prestação de serviços essenciais às populações.
2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República a regulamentação e aplicação urgente do regime aplicável ao Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, aos trabalhadores da Administração Pública Local, eliminando a flagrante injustiça que hoje recai sobre estes trabalhadores.”

**6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) usou da palavra par apresentar a recomendação “construção de parques de realojamento de matilhas”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

- a) Existe um número crescente de animais errantes, fruto do abandono e da inexistência de uma política municipal de esterilização eficaz, levando à formação de grupos de animais;
- b) Os cães, animais naturalmente sociais, procuram muitas vezes outros cães para companhia e segurança, fomentando o aparecimento de matilhas;
- c) A procura de alimento e abrigo, pode levar a que estas matilhas se aproximem de pessoas ou povoações, provocando um sentimento de medo em alguns munícipes, uma vez que parte destes animais, mais receosos ou territoriais, poderão ter um comportamento defensivo na presença de pessoas;
- d) Em Almada existem 3 matilhas de cães identificadas na zona da Mata dos Medos e vários outros grupos de cães, que pela sua natureza e pouco contacto com pessoas, não se enquadram no tradicional circuito de captura, esterilização e adoção;
- e) A proximidade das praias de algumas destas matilhas, em conjugação com o atual cenário pandémico, onde é desejável que se registem menos pessoas a frequentar o espaço balnear, pode levar a uma maior aproximação de alguns destes cães à zona das praias, potenciando um sentimento de apreensão em alguns munícipes;



- f) O papel do cuidador voluntário na manutenção destas matilhas tem sido essencial, providenciando o alimento, a captura e posterior adoção de alguns cães juvenis, não obstante, sem uma intervenção eficaz por parte do município, o número de animais errantes e em matilha continuará a aumentar, podendo pôr em risco a segurança de pessoas e animais;
- g) A recolha de animais errantes é da responsabilidade do município, sendo necessário assegurar a sua captura e posterior realojamento ou adoção, de acordo com as características de cada animal;
- h) A natureza dos animais que vivem em matilha não permite, na maioria das vezes, que estes sejam encaminhados para o Centro de Recolha Oficial de Animais do município, sendo por isso essencial que sejam construídos parques para o realojamento destes animais;
- i) São vários os municípios que já contam com espaços adequados às características destes animais, terrenos amplos de terra batida e com vegetação, sombra e abrigos, permitindo que estes manifestem o seu comportamento natural;
- j) Sintra foi o primeiro concelho a nível nacional a concretizar a solução para o realojamento de matilhas de cães assilvestrados, investindo na aquisição de armadilhas especialmente desenhadas para a captura destes animais e que em estreita colaboração com os cuidadores que os alimentam, depois de esterilizados e vacinados, são realojados num parque para matilhas espaçoso. *(Note-se que o parque mais pequeno em Sintra tem 1.000 metros quadrados e que desde 2018, a Câmara Municipal de Sintra já conseguiu capturar e realojar 6 matilhas);*
- k) Em Almada, é urgente encontrar uma solução para os animais errantes. A falta de espaço no canil municipal e a natureza assilvestrada dos animais de matilhas, revelam a importância de o executivo encontrar espaços alternativos e adequados a estes animais, com a criação de parques para realojamento de matilhas.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25, 26 e 29 de junho de 2020, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. Construir parques para realojamento de matilhas com áreas espaçosas e adequadas que permitam aos animais assilvestrados manifestar o seu comportamento natural em segurança;
2. Esterilizar e vacinar todos os animais capturados das matilhas antes do seu realojamento nos parques;
3. Envolver os cuidadores/as das matilhas em todo o processo, desde a captura, realojamento e posteriores cuidados aos animais."

**6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) usou da palavra para apresentar a saudação à “mobilização antirracista”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1. O assassinato de George Floyd em Minneapolis, EUA, a 25 de maio de 2020, desencadeou uma onda de solidariedade antirracista por todo o mundo;
2. No passado dia 6 de junho, milhares de pessoas em Portugal saíram às ruas de forma espontânea pela igualdade de direitos e contra o racismo e xenofobia;
3. Diversos coletivos e movimentos sociais uniram as suas vozes numa manifestação em prol de uma sociedade mais justa e igualitária – por condições de trabalho dignas, pelo direito à habitação, pela defesa do clima, pela igualdade de género, contra a discriminação e o racismo;
4. No atual contexto mundial, em que se afirmam ideais contrários aos da sociedade democrática e igualitária, e no contexto nacional, onde se verifica um aumento a cada ano de queixas apresentadas à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, é especialmente relevante reconhecer a esperança que uma manifestação antirracista de dimensão sem precedentes traz consigo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 25 de junho de 2020, delibera:

1. Saudar a mobilização social antirracista, bem como todas as pessoas e estruturas representativas, que lutam pela igualdade, liberdade e pela garantia de direitos;
2. Declarar este município como município antirracista.”

**6.2.4 –** A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) usou da palavra para apresentar a recomendação “pela regulamentação e implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local”;  
“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional Empresas Públicas, Concessionárias e Afins) lançou uma petição que recolheu mais de 20 mil assinaturas para que seja finalmente aplicado o suplemento de insalubridade, penosidade e risco na administração local. Foram também apresentados projetos de lei nesse sentido pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP e pelo PEV.

Estas compensações foram previstas no Decreto-Lei nº 53-A/98, de 11 de março, e na alínea b) do n.º 3, do artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

“3 - São devidos suplementos remuneratórios quando trabalhadores, em postos de trabalho determinados nos termos do n.º 1, sofram, no exercício das suas funções, condições de trabalho mais exigentes:

- a) de forma anormal e transitória, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho suplementar, noturno, em dias de descanso semanal, complementar e feriados e fora do local normal de trabalho; ou
- b) de forma permanente, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas, com isenção de horário e de secretariado de direção.

4 - Os suplementos remuneratórios são apenas devidos enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei.

5 - Os suplementos remuneratórios devem ser fixados em montantes pecuniários e só excecionalmente podem ser fixados em percentagem da remuneração base mensal.

6 - Os suplementos remuneratórios são criados por lei, podendo ser regulamentados por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.”

Considerando que nunca houve uma regulamentação do Governo, este suplemento nunca foi implementado para a Administração Local. Há mais de vinte anos que os trabalhadores lutam pela concretização deste direito que já está previsto na Lei, mas nunca foi cumprido. Chegamos a 2020, esta forma de compensação para os trabalhadores que continuam a executar funções passíveis de insalubridade, penosidade e risco ainda não foi regulamentada nem aplicada. Foram ignorados os prazos legalmente determinados, o que representa claros prejuízos a quem trabalha nestas difíceis condições já reconhecidas pela Lei. O combate à pandemia de COVID-19 deixou ainda mais claro como estes trabalhadores, em que se incluem os da higiene e limpeza urbana, entre outros, merecem ser valorizados pelo trabalho que desempenham com risco pessoal para a segurança de todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 25 de junho de 2020, delibera:

1. Propor à Câmara Municipal que manifeste junto do Governo e da Assembleia da República a necessidade de regulamentação e aplicação das Leis referentes à atribuição do suplemento remuneratório por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade;
2. Que esta recomendação seja enviada ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e às Uniões Sindicais (UGT e CGTP-IN), às Organizações Representantes dos Trabalhadores da Câmara de Almada e ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL).”

**6.2.5 –** A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras usou da palavra para apresentar a recomendação “atribuição automática da tarifa da água e resíduos”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



JK

Considerando que:

- i) Perante a crise pandémica da Covid-19, quem vive e trabalha no município de Almada está a responder positivamente e a adaptar os seus comportamentos a esta nova realidade;
- ii) As pessoas compreendem a importância de alterar os seus hábitos e proteger a comunidade da ameaça que hoje enfrentamos no concelho, em Portugal e no mundo;
- iii) São muitas as mudanças e as incertezas que se levantam nas variadas áreas no que diz respeito aos direitos, garantias e proteção, sendo, neste contexto, a primeira responsabilidade das autarquias a de responder a quem está mais vulnerável e viu os seus rendimentos reduzidos;
- iv) O papel da Câmara Municipal passa pelo esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais;
- v) Muitas famílias se encontram em situação de carência económica, provocada ou agravada pelos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 que ainda vivemos, situação que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água;
- vi) A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas do concelho, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo.
- vii) Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido;
- viii) Apesar da Câmara Municipal de Almada já ter aprovado a renovação automática da mesma nos meses de março, abril, maio e junho de 2020, a partir de julho de 2020 terão de fazer nova solicitação com prova, para renovação desta Tarifa Social;
- ix) Está disponível através da Direção Geral da Administração Local a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia;
- x) A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR) já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente:
  - i) serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou ii) pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5 808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10”;
- xi) Nota ainda a ERSAR que, uma vez que o regime de tarifa social aprovado em 2017 apenas incide sobre o serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, e “sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a ERSAR considera que dever-se-ão aplicar as mesmas regras em matéria de tarifa social, em particular no que respeita ao universo de utilizadores elegíveis.
- xii) O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

xiii) A automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar os agregados que mais precisam de apoio no concelho de Almada. (o número de agregados familiares potencialmente beneficiários pode ser obtido através dos dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia por concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água) <https://www.tarifasocial.dgeg.gov.pt/estatistica.aspx>

Consultar critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia aqui: <https://www.edp.pt/particulares/apoio-cliente/perguntas-frequentes/pt/contratos/mercado-livre-e-mercado-regulado/posso-ter-tarifa-social-no-mercado-livre/faq-4331>

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de junho de 2020, delibera:

- propor à Câmara Municipal de Almada que delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.”

**6.2.6** – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE) usou da palavra para apresentar a saudação “28 de junho – dia do orgulho gay”;

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Considerando que:

1. Durante o mês de junho celebra-se, por todo o mundo, e também em Portugal, o orgulho LGBTI;
2. Esta data baseia-se na revolta de Stonewall de 28 de junho de 1969, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, considerado o acontecimento mais importante para o movimento de defesa dos direitos LGBTI;
3. A Revolta de Stonewall originou as Marchas do Orgulho LGBTI logo em 1970, que ao longo dos anos se tornaram em momentos de visibilidade e reivindicação destas comunidades, assinalados um pouco por todo o mundo;
4. Em junho, são normalmente realizadas marchas associadas ao Orgulho LGBTI em vários pontos do país.
5. Este ano, devido à situação de emergência provocada pela pandemia da COVID-19, foram canceladas a maioria das marchas pelo país.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 25 de junho de 2020, delibera:

1. Saudar o Dia do Orgulho LGBTI;
2. Saudar todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham no compromisso pela igualdade e contra a homofobia, transfobia e bifobia no Município;
3. Saudar as associações/entidades que, no Município, contribuem todos os dias na luta contra a discriminação em contexto de crise, tendo conseguido adaptar as suas intervenções de forma a manter e reforçar os apoios às comunidades, nomeadamente apoio à vítima, apoio psicológico e psiquiátrico, respostas de empregabilidade e acolhimento, apoio a seniores e migrantes, e respostas para pessoas em situação de sem abrigo.”

**6.2.7** – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS) usou da palavra para apresentar a moção “pela construção do Centro de Saúde do Feijó”.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As instalações da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Santo António e Laranjeiro albergam atualmente, também, a Unidade de Saúde Familiar (USF) do Feijó, sendo estas unidades responsáveis por servir de cuidados de saúde primários os quase 47 mil utentes desta União de Freguesias, dos quais mais de 20 mil não possuem médico de família atribuído. Estas instalações não satisfazem as necessidades da população, estando manifestamente subdimensionadas, frequentemente lotadas e com elevados tempos de espera. Adicionalmente, o seu atual local de funcionamento, fora do Feijó, afigura-se como um entrave adicional ao acesso a estes cuidados de saúde primários por parte dos utentes desta localidade, especialmente para os mais



idosos. As dificuldades na resposta dada por estas unidades de saúde conduzem também a um aumento da afluência às urgências do Hospital Garcia de Orta. Uma melhor oferta de cuidados de saúde primários nesta União de Freguesias poderia assim ser mais um contributo para a diminuição da procura deste Serviço de Urgências, atualmente excessivo, e que, como é do conhecimento público, apresenta algumas lacunas (nomeadamente no caso da pediatria). O SNS, criado por proposta de um Governo do Partido Socialista, é comprovadamente um dos melhores Sistemas de Saúde públicos do mundo e apresenta-se, pelo seu caráter universal, como uma das mais poderosas armas do Estado português para a diminuição das desigualdades. Merece por isso a continuação do reforço no seu investimento protagonizada pelo atual e pelo anterior Governo, ambos do Partido Socialista, por forma a conseguir enfrentar com sucesso não só os desafios causados pelo envelhecimento da população, mas também os mais recentes causados por uma pandemia cujos efeitos não deixarão de se sentir totalmente nos tempos mais próximos. A construção de uma nova Unidade de Saúde no Feijó, que permita o desdobramento de utentes das atuais UCSP de Santo António e Laranjeiro e da USF do Feijó, acompanhada pelo reforço dos profissionais, libertaria recursos humanos e físicos indispensáveis para a garantia do direito à saúde destas populações. Pela parte do município, há já alguns anos que a Câmara Municipal de Almada disponibilizou um terreno no Centro Cívico do Feijó para a construção da referida Unidade de Saúde. Este é também o sentimento das populações, que se materializou na entrega, na Assembleia da República, de uma petição pública com mais de 4 mil assinaturas que reivindica a construção desta Unidade de Saúde.

Face a esta realidade, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de junho de 2020, delibera manifestar, junto do Governo da República, a necessidade de construção, no mais breve espaço de tempo, de uma nova Unidade de Saúde no Feijó que satisfaça as necessidades de cuidados de saúde primários daquela população.”

**6.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco usou da palavra para apresentar o voto de “louvor aos profissionais de saúde”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em 2020, o mundo foi assolado por uma pandemia com proporções devastadoras que muitas consequências a nível de saúde e com implicações também sociais e económicas trarão para todos os países por ela afetados.

Portugal não é exceção e um pouco por todos os hospitais, de norte a sul do país são travadas lutas diárias de sobrevivência e de superação cujos principais heróis são os profissionais de saúde, desde os auxiliares de ação médica, técnicos de diagnóstico, enfermeiros e médicos, que, arriscando a sua vida, nunca viraram costas a todo um país nesta fase tão complexa. Em Almada esta batalha é também muito nobremente combatida, quer nos centros de saúde, quer no Hospital Garcia de Orta (HGO), assim como em vários lares e centros de idosos que tudo fazem diariamente para garantir o bem-estar da nossa comunidade. É graças a esta batalha e à coragem e dedicação destes profissionais que podemos lentamente retomar as nossas atividades quotidianas e podemos viver de novo uma vida em comunidade. Nunca lhes seremos suficientemente gratos.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 25, 26 e 29 de junho de 2020, na localidade do Feijó, saúda todos os profissionais de saúde do SNS, do sector privado e social, que no Concelho de Almada diariamente lutam no combate ao COVID 19.”

**6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco usou da palavra para apresentar a moção sobre “instalação de instrumentos musicais adaptados ao ar livre, criação do jardim/parque da música no concelho de Almada”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Música é uma arte que atravessa o mundo em gerações através das décadas desde os tempos primórdios da humanidade até ao presente, manifestando-se na sociedade de variadas formas e pelos mais variados meios e instrumentos e por vários intérpretes profissionais ou não, individuais ou coletivos, sendo parte integrante da cultura dos povos. A informação que chega até aos dias de hoje compilada por várias fontes dá conta de que a música sempre teve um papel preponderante nas sociedades e nas civilizações relativamente à forma como as mesmas interagem e se relacionavam, sendo ainda um veículo de comunicação entre elas e que se perdurou nos tempos. Também os meios e os canais pela qual essa música se foi expressando e evoluindo ao longo dos tempos é fruto dos vários apetrechos e instrumentos que o homem foi criando e adaptando para manifestar a



expressão da arte musical. A sua representação pela forma mais primitiva e rústica à forma mais moderna e digital, a música é parte integrante e está definitivamente enraizada no ADN das sociedades sendo refletida nos seus costumes, no seu folclore, nas tradições e na maneira como se manifesta sendo mesmo um fator distintivo entre os povos, mas ao mesmo tempo fator aglutinador e de união. A conjugação variada de sons e de ritmos que numa interação de melodias enche o espaço ao seu redor com uma harmonia metódica e única, faz da música muito mais que uma arte, tornando a mesma uma necessidade terapêutica para o equilíbrio e bem-estar emocional do ser humano e da própria Natureza. Almada contém na sua história e nos seus costumes um vasto reportório de cultura musical com destacados e anónimos intérpretes que contribuíram para o verdadeiro e artístico espólio local, manifestado por variadas sonoridades e estilos musicais tornando o concelho como um exemplo dessa destacada cultura musical. A música faz assim, parte de Almada e parte dos almadenses de onde se destacam desde as bandas mais modernas e vanguardistas até às tradicionais bandas filarmónicas com os seus brilhantes compositores e maestros que o concelho muito se deve orgulhar. No que respeita ao seu acesso e com a finalidade de fazer chegar a arte e toda a sonoridade musical de uma forma muito mais abrangente e a mais pessoas nomeadamente as que utilizam o espaço público para o seu lazer, as cidades adaptam-se e criam modelos e meios de contacto com os instrumentos e utensílios musicais misturando a sua arquitetónica clássica com um toque de modernidade, com o objetivo de que ninguém fique privado dessa arte que é a música. Novas formas de lazer nas cidades e nos restantes territórios dos municípios são oportunidades de convivência e desenvolvimento cultural, recreativo e lúdico, ao mesmo tempo que se cultiva o espírito e a mente conjugado com toda a harmonia do meio envolvente em simultâneo com várias sonoridades, e tudo isto, ao ar livre e em contacto direto com o meio ambiente. Tal como já implementado noutras localidades, instrumentos como o xilofone, as gongas, os tubos musicais entre muitos outros instrumentos, têm tornado esses espaços atrativos e com enorme sucesso. Os instrumentos musicais adaptados ao ar livre têm representado nos locais onde estão implementados uma forte adesão e interesse por parte da população, culminando no surgimento de novas centralidades e locais de culto e de interesse urbano, onde se pode ter contacto com a música na sua forma mais genuína e ao alcance de todos.

Assim considerando, a implementação de instrumentos e utensílios musicais ao ar livre em Almada num parque ou jardim a designar, além de disponibilizar todas as mais-valias e benefícios aos almadenses no que diz respeito ao acesso à cultura urbana e ao lazer, seria uma verdadeira homenagem à música e a todos os músicos almadenses que muito têm contribuído para a manifestação e cultura musical elevando o nome do concelho além-fronteiras, demonstrando bem a qualidade dos nossos artistas.

Posto isto, e com o objetivo de que também os almadenses e quem visita o concelho possa usufruir de novas e modernas centralidades ao alcance de todos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na localidade do Feijó, nos dias 25, 26 e 29 de Junho de 2020, defende a instalação de instrumentos musicais adaptados e de uso ao ar livre em local a designar (parque ou jardim), reconhecendo a importância que este tipo de equipamento tem para as populações no que diz respeito à cultura, recreio e lazer ao mesmo tempo que reconhece a importância que a música tem para o Concelho de Almada.”

**6.3** - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luís Palma (CDU), José Rocha (BE), António Salgueiro (PSD), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), o Senhor Vereador Nuno Matias e a Senhora Presidente da Câmara.

**6.3 1** – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Referir que na moção apresentada pelo Partido Socialista relativamente à construção do centro de saúde no Feijó, temos uma proposta de alteração ao 7º parágrafo. Portanto, nós estamos obviamente de acordo com o que aí está, mas que deve vir referido que esta petição foi promovida pela União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó e, portanto, é algo que não está nesse parágrafo e acho que deve vir mencionado. Mas já agora dizer-vos, eu não posso deixar obviamente de comentar, que o PS que na Assembleia da República se absteve relativamente às propostas do Bloco de Esquerda, do Partido Ecologista os Verdes, e do Partido Comunista Português, é o mesmo PS que aqui em Almada vem com esta moção, mas Senhores/as Deputados/as do Partido



JK

Socialista, bem-vindos a bordo desta locomotiva que já está em marcha há algum tempo, nós não deixamos ninguém para trás. Sejam bem-vindos.”

**6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para anunciar a nossa posição relativamente às moções. Nós iremos votar todas as moções a favor. Apenas deixar aqui uma breve nota, aliás que já foi aqui referenciado, nós votamos a favor na Assembleia da República esta moção pela construção do centro de saúde no Feijó, e vamos votar também aqui.”

**6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP vai votar favoravelmente todos os documentos com exceção de um documento apresentado pelo Bloco de Esquerda. Vamos votar também favoravelmente o documento já aqui mencionado, sobre a construção do centro de saúde no Feijó, embora haja aqui um parágrafo relativamente ao investimento. Quando se fala relativamente ao investimento preconizado pelo Governo do Partido Socialista, enfim, nós não somos da mesma opinião, mas isto é um documento político e o que interessa aqui é a sua resolução, a parte deliberativa, portanto, é uma moção bem-vinda por parte do CDS-PP. Depois, saudamos e votamos favoravelmente a saudação à mobilização antirracista apresentada pelo Bloco de Esquerda, e recordar também e farei chegar uma declaração de voto, e lembrar que é um assassinato que aconteceu mais uma vez, infelizmente, nos Estados Unidos, mas lembrar também que estas perseguições, estes assassinatos e estas torturas acontecem também nomeadamente em Africa. Todos os dias há racismo, todos os dias há xenofobia, são atrocidades etnias e não só em África como também em outras partes do mundo, e pensamos que não nos podemos só cingir a este mundo moderno mediático e depois esquecendo também e eu não estou a dizer que a intenção do Bloco de Esquerda era esquecer esse flagelo, mas é bom recordar que todos os dias há racismo e não só, neste nosso mundo mediático que vem para a ribalta quando acontecem infelizmente estes acidentes, incidentes, assassinatos. Depois dar aqui uma indicação. O CDS-PP como é evidente estará ao lado e estará sempre ao lado daquelas instituições que combatem as discriminações sejam elas quais sejam, mas entendemos que uma Assembleia Municipal não estará em condições de votar favoravelmente o dia do orgulho de que orientação sexual que seja, venha ela de onde vier.”

**6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às moções da CDU e do Bloco de Esquerda sobre a implementação do suplemento de risco, votaremos a favor, mas queríamos sugerir o acréscimo de mais dois serviços que não estão contemplados nas duas propostas, que são a inclusão do Serviço Veterinário Municipal e do Serviço de Gestão Cemiterial e ainda dos Espaços Verdes, que permanentemente se encontram de prevenção. Relativamente à saudação à mobilização antirracista, apresentada pelo Bloco de Esquerda, naturalmente votamos a favor, mas não podemos deixar de repudiar alguns atos de destruição e vandalização, de alguns monumentos nacionais, muitas das vezes originados em flagrante desconhecimento da história de Portugal. Votaremos igualmente a favor da moção do Bloco de Esquerda sobre o dia 28 de junho. Votaremos também a favor da moção do PS sobre a construção do centro de saúde no Feijó, já que também concordamos que é urgente a sua construção no mais breve espaço de tempo possível. Acompanhamos também as moções do CDS-PP, sobre o louvor aos profissionais da saúde e instalação de instrumentos musicais adaptados ao ar livre, embora reconheçamos que neste caso, tem que ser bem estudada e ponderada essa instalação, para não prejudicar quer humanos, quer animais. Sobre a recomendação do Bloco de Esquerda relativamente à atribuição automática da tarifa social de água e resíduos, não podemos acompanhar esta proposta, em virtude de considerarmos que primeiro, devem ser efetuados os estudos sobre o impacto nas receitas municipais e também sobre a forma de operacionalização da mesma. Pelo que achamos que a proposta deve baixar à Comissão respetiva, afim também, dos serviços municipais poderem ajudar. Já no que respeita à recomendação do PAN, sobre a construção de parques de realojamento de matilhas, não podíamos estar mais de acordo com a parte deliberativa do documento, apesar da escassez de meios humanos e materiais, mas já no que diz respeito aos considerandos, não podemos concordar. O PAN no



Concelho de Almada, está bem informado de quais são os planos da autarquia no respeito ao bem-estar animal, e por isso não compreendemos muito bem este conjunto de argumentos aqui explanados, na alínea a) dos considerandos. Sabem muito bem, quais são as dificuldades existentes e também sabem quais as ideias e projetos que a autarquia quer implementar. Relativamente às matilhas, sabem que a Câmara Municipal já adquiriu um parque de matilhas e até já foi analisado pelo Serviço Veterinário Municipal, em conjunto com voluntários do grupo informal Amigos dos Animais da Costa da Caparica, qual a melhor zona para esta instalação, embora ainda não se tenha chegado a vias de facto. Por outro lado, não basta dizer que a responsabilidade de esterilização é só da Câmara Municipal, porque também é da responsabilidade dos proprietários e cuidadores dos animais, e com certeza, não querem culpar a autarquia, pela atitude irresponsável de alguns cidadãos ao abandonarem constantemente os animais que até então detinham. O Município, que até já tem um projeto pronto para a construção do novo centro de bem-estar animal, mas que está dependente, não só da alocação das verbas necessárias para o efeito, como também de uma ligeira alteração de locação de terreno em sede de PDM – Plano Diretor Municipal. É verdade que a Câmara Municipal tem a responsabilidade de recolher os animais errantes, mas como querem que a Câmara Municipal execute essa tarefa, se o centro de recolha oficial se encontra sobrelotado. Enquanto não existirem mais meios humanos e recursos materiais disponíveis, e até o novo centro de bem-estar animal ser uma realidade, é difícil, como sabem, que a Câmara Municipal chegue a todo o lado. O Município não se demitiu nem se demite das suas responsabilidades e é por isso que se encontra nas Opções do Plano para 2020, o desenvolvimento de ações de sensibilização, assentes numa detenção responsável e na promoção da adoção e educação das gerações futuras, implementação do projeto piloto controlo de matilhas e também a execução do programa de vacinação, que se encontra neste momento suspenso por decisão da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, por causa da pandemia COVID-19. Por tudo o que referimos anteriormente, não podemos estar a favor da alínea a) dos considerandos desta recomendação, pelo que solicitamos ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a votação desta alínea em separado das restantes.”

**6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para indicar também o sentido de voto do PAN nas propostas que se encontram em cima da Mesa. O PAN será favorável a todas as propostas. Relativamente às observações do PSD, nem a Assembleia Municipal se fazia se o PSD não tivesse críticas às moções do PAN. A realidade é que planos há muitos, concretizações não há nenhuma. Plano de esterilização, não temos, regulamento de bem-estar animal, nem vê-lo, centro de bem-estar animal, não sai do papel, podam-se palmeiras, matam-se aves em nítida negligencia, plano de ciclovias não há, o Canil ilegal de Santo António continua sem resolução e o parque de matilhas não sei se serão necessários quatro anos para ser concretizado. Enquanto isso, diariamente continuamos a receber queixas de munícipes, e se o PSD convive bem com isso, porque também as recebe, o PAN não.”

**6.3.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria só salientar aqui uma questão que é importante relativamente ao subsídio de insalubridade. Essa questão foi debatida no seio da Área Metropolitana de Lisboa e foi tomada de forma quase consensual por todos os Municípios. Nós sabemos que Lisboa já o tem, haver uma tomada de posição ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, para pedir a autorização para que se possa introduzir esse subsídio de insalubridade. A posição de Almada foi clara, nós temos nestas matérias, sobretudo nas matérias que dizem respeito a alterações legislativas, tem havido uma grande coordenação entre os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e consideramos que é um peso que tem um maior peso esta questão, que é uma questão essencial, e queria só dar esta de que esta questão já foi debatida e aguardamos apenas que haja uma proposta em conjunto com a Área Metropolitana de Lisboa, pelo que obviamente somos a favor, aliás, a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira já o tinha dito também em reunião de Câmara quando o Bloco de Esquerda também apresentou esta moção. Relativamente às manifestações antirracista e à LGBT, obviamente queremos-nos associar a tudo, sobretudo nesta altura difícil, em que velhos fantasmas despontam, velhos demónios, digamos assim, despontam, achamos muito importante ter posições claras e totalmente, aí sim, intransigentes com qualquer



posicionamento racista. Relativamente ao centro de saúde no Feijó, obrigada pelo bem-vindo, mas eu devo lhe dizer que fazia parte também do programa eleitoral, eu própria me comprometi em batalhar com este centro de saúde. Portanto, esteja descansado, eu tenho esta vantagem, cada decisão não tem 20 e 30 anos, eu posso-lhe dizer que todos os Vereadores/as aqui presentes do Partido Socialista, desde o primeiro dia apoiaram essa iniciativa e estes que também que estão aqui como Deputados Municipais.”

**6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às moções que estão em apreço, o Partido Socialista votará favoravelmente todas as moções. Acompanhamos a proposta que foi feita pelo PSD para que a moção sobre a tarifa social possa descer à Comissão Permanente, para que também os seus impactos possam ser devidamente mensurados e para que nós percebamos exatamente se os serviços têm a capacidade adequada para o fazer e se existe capacidade também financeira para que seja dada resposta, ainda assim nós acompanhamos o princípio que está em discussão e relativamente à alínea a) da proposta do PAN, nós votaremos também contra a alínea a), mas tirando essa alínea nós somos amplamente favoráveis àquilo que está explicitado nessa mesma moção. Relativamente às outras moções nós votaremos favoravelmente. Sobre a proposta de alteração que a bancada da CDU nos traz, nós não temos problema nenhum em reconhecer o papel que a Junta de Freguesia desempenhou no lançamento desta petição, aquilo que entendemos também é que a Junta de freguesia não o fez sozinha e não o faz, e temos a certeza disso, não o faz para espetar uma bandeirinha ou para demonstrar depois nestas moções que apresentamos nesta Assembleia Municipal, as suas intenções. E, portanto, nós com todo o respeito democrático, não aceitaremos essa alteração, mas reconhecemos claramente o papel que a Junta de Freguesia do Laranjeiro Feijó teve assim como muitas outras instituições. Mas Senhor Deputado Municipal Luís Palma, eu também lhe quero dizer o seguinte e com muita franqueza e com o respeito e a simpatia que merece. O Partido Socialista é um Partido plural e é um Partido democrático e nós, eu e os meus camaradas, não pensamos todos em todas situações da mesma forma, nem temos as mesmas opiniões sobre todos os temas. E, portanto, há uma coisa que deve ficar clara, deste debate, é que o Partido Socialista em Almada é favorável à construção do centro de saúde, que os autarcas do Partido Socialista em Almada e nas Juntas de Freguesia do Concelho de Almada, são favoráveis à construção deste centro de saúde, é um assunto que nós já debatemos várias vezes e sobre o qual não temos dúvidas nenhuma, entendemos que é um investimento prioritário para as populações, entendemos ainda que os interesses das populações devem estar acima dos interesses partidários e isso é também relevante, porque apesar de todas as lealdades e todas as afinidades que nós temos, a nosso primeiro compromisso é para com os almadenses, e para com quem votou em nós. E, portanto, nós não temos dúvidas nenhuma em se quiser ter uma posição divergente daquela que foi tomada pelo Partido Socialista noutras sedes, e até lhe digo mais, sobre esta matéria nós não temos nenhuma hesitação, não temos nenhuma tibieza, não encontraremos desculpa nenhuma e o nosso apoio é incondicional. Nós não dizemos uma coisa em Almada nem uma coisa nos órgãos e fazemos outra coisa noutros sítios, não contarão da nossa parte com abstenções violentas. O Partido Socialista em Almada é favorável à construção deste equipamento de saúde, é favorável à construção do centro de saúde do Feijó e entendemos que é um investimento prioritário e é por isso que o reivindicamos também e que exortamos o Governo a que o construa no mais curto espaço de tempo, porque entendemos que essa é uma necessidade dos habitantes desta Freguesia.”

**6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar aqui umas breves notas. Nós temos alguma dificuldade de entendimento, não sabemos quantos Partidos Socialistas existem, de facto, quando é conveniente, na Assembleia abstêm-se, e aqui em Almada com este enfase todo e com esta afirmação tão categórica, dizem que apoiam a moção. Enfim, incongruências que nós temos dificuldade em compreender, mas enfim, em democracia temos que aceitar. Em relação ao que foi proposto para baixar à Comissão Permanente a atribuição automática da tarifa social da água, convém aqui lembrar que, já houve dois Municípios que aprovaram esta recomendação e nós acreditamos que em Almada também será viável com maior ou menor dificuldade esta é de facto, uma recomendação quanto



a nós, muito interessante para os munícipes e que vai beneficiar as famílias menos privilegiadas, e nós entendemos que há viabilidade para que ela seja votada aqui favoravelmente.”

**6.3.9 – O Senhor Vereador Nuno Matias:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não poderia deixar de intervir com alguma surpresa, em relação à intervenção do Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, porque convirá até em nome da verdade, se há partido que tem tido as portas abertas para receber informação, discutir com a Câmara Municipal e com este executivo, receber informação e resposta tão rápida quanto é possível seja dos serviços, seja da Vereação é o próprio PAN. E, aliás, fico surpreendido por falar aqui que não se faz nada, quando noutros fóruns já se assumiu que se tem feito alguma coisa. Pode-me dizer que gostava que fosse com ritmo ainda mais rápido, eu sou o primeiro a desejá-lo. Agora, quando o PAN é testemunha e ainda há pouco tempo, eu sei que infelizmente certamente para o PAN, a Deputada passou a não inscrita, mas a Senhora Deputada eleita pelo círculo de Setúbal esteve há pouco tempo no Centro de Recolha Oficial de Almada. E teve ocasião de perceber um conjunto de investimentos que já lá foram concretizados. Temos um gatil que não existia, estamos a reforçar a lotação, ainda agora vai ser instalado um novo pavilhão para aumentar a lotação apesar de nós sabermos que também não vai ser a solução final. Criamos o apoio para os cuidadores e estamos a ultimar agora o regulamento para concretizar uma formalização da sua relação com o Município. Temos a questão da Provedoria a funcionar e que tem sido um ótimo apoio para tentarmos chamar os voluntários a um esforço que nós já assumimos que não pode ser esta Câmara Municipal, nem nenhuma, porque sozinhas as autarquias não conseguem dar resposta cabal e total a tudo. Mas ainda assim dizer que nada foi feito, é no mínimo deselegante, o tom é no mínimo um pouco diferente daquele que nós temos tido nos contactos que temos tido regularmente, e por isso confesso a surpresa no tom e na mensagem. Mas já agora também era importante dizer que, nós partilhámos a questão das matilhas como uma preocupação, mas, podia ter dito que foi este executivo, não foi outro, que criou condições para adquirir o primeiro parque de matilhas que só ainda não foi colocado no terreno, porque a parceria que começou a ser construída com voluntários, não definiu ainda o local e o modo de organização que até vai ser conjugado com o Provedor do Animal e com esse grupo de voluntários. Ou seja, nós já concretizamos, se calhar por comparação muito mais do que alguma vez foi feito em tão pouco tempo, pode-me dizer: “gostaria que tivesse feito mais”, e eu próprio também gostaria, se tivesse mais dinheiro, mais recursos humanos, se os processos de decisão fossem mais céleres, como sabe nós desde outubro já temos pronto o projeto do novo centro de bem-estar animal. E, portanto, tenhamos a dotação e o terreno fique disponível, avança imediatamente o concurso. Agora, eu confesso alguma surpresa até no seguimento das conversas que tivemos, das reuniões que já tivemos, das informações que já trocamos, ouvir aqui dizer que nada foi feito. Confesso. Porque há factos que demonstram o contrário e até as nossas conversas não foram propriamente secretas, porque foram reuniões assumidas, tranquilas e sem problemas, exatamente porque este espírito de colaboração, para a promoção do bem-estar animal começa na Câmara Municipal mas não acaba na autarquia, começa em cada um de nós, começa nos cuidadores, começa nos voluntários, passa pela Provedoria, passa pelas associações, passa por um esforço coletivo e dizer aqui como hoje aqui foi dito que nada foi feito, no mínimo é surpreendente face ao histórico recente das interações que temos tido e aquilo que até publicamente e a própria Senhora Deputada quando esteve connosco no Centro de Recolha Oficial, eu sei que já não é Deputada do PAN, mas ainda assim, quando lá estava e estava em plenitude de funções enquanto representante do Grupo Parlamentar do PAN. Teve ocasião de testemunhar obra feita e vontade de fazer ainda mais. Portanto, dizer que nada foi feito, aí sim é realmente surpreendente e leva-me a perguntar se calhar somos nós que estamos errados, pela postura tão aberta, tão pronta, tão disponível de colaboração, porque se calhar parece que não é entendida nem é valorizada.”

**6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço os esclarecimentos do Senhor Vereador Nuno Matias, a primeira ideia que fico a pensar é que votei mal os últimos orçamentos da Câmara Municipal Aprovei-os e o Senhor Vereador diz agora que falta lá dinheiro para investimento, para recursos humanos, no fundo devemos realmente rever a nossa posição para o próximo orçamento, e garantir que essa sua afirmação não se repete. Porque no fundo se faltou dinheiro, eu sinto-me



corresponsável na aprovação dos orçamentos. Relativamente à questão da alínea a) que o PS e o PSD decidem votar contra, concordo que votem contra, entendo porque votam contra. Agora, o facto da política municipal de esterilização não ser eficaz, é algo que toda a gente que está no terreno não tem dúvidas. Mas o PS e o PSD que não estão no terreno, consideram que é errado e que o executivo tem feito um bom trabalho. Em relação obviamente a esta questão toda, o PAN não quer nesta discussão ter a última palavra. A última palavra é do executivo. Mas não é com planos, com intenções, com desejos, é com a concretização. E eu volto a sublinhar, que não obstante todos os planos, todas as intenções, todos os projetos, e que diz e muito bem, não é só este executivo, o anterior foi igual, agora se calhar é tempo de passarmos porque estamos no último ano do mandato, é tempo de concretizarmos alguma coisa, porque como eu disse e volto a dizer, nós não precisamos de quatro anos para fazer um parque de matilhas. É só isso. E em relação ao resto, bem, também estará tudo por fazer, não é? Saiu hoje um despacho em relação às linhas de apoio às esterilizações, eu não conheço o plano de esterilização, mas podemos falar sobre isso, se mantiverem a abertura para falar connosco, podemos falar sobre esses assuntos todos. Mas, muito mais do que atos, aquilo que nós queremos é ver trabalho no terreno e disso temos efetivamente visto muito pouco.”

**6.3.11 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para corroborar com as observações que o Senhor Deputado Municipal António Salgueiro fez. Claro que esta moção é uma ideia, é uma proposta que deixa a recomendação da Assembleia Municipal da instalação dos instrumentos ao ar livre e claro que deverá estar salvaguardado o ambiente e todo o bem-estar das pessoas e dos animais.”

**6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para fazer referência que, não deve espantar ninguém que o Partido Socialista seja de facto um partido plural, no Partido Socialista não há delito de opinião, não há processo disciplinar por termos opiniões diferentes, não há expulsões e se os Senhores Deputados Municipais de partidos que se situam mais à esquerda do que o Partido Socialista, se quiserem, um dia participar em reuniões nossas, nem que seja só na qualidade de observadores, perceberão isso mesmo, estão convidados a fazê-lo. Esse espanto de facto, é justificado, compreendo que nem em todos os partidos seja assim. Mas no Partido Socialista de facto, essa democracia existe.”

**6.3.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer ao Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, que acha a ideia muito bonita de pôr instrumentos nos parques. Mas eu relembro, é uma prática muito usada em certas cidades, mas normalmente não é ao ar livre, até pela questão dos instrumentos. Se a moção do CDS-PP, sendo aprovada aceitar a instalação de instrumentos em sítios onde eles possam estar em segurança, onde não chove, onde não se estraguem um piano, um violoncelo, uma trombone ou violino, é uma ideia que nos agrada muito, desde que esteja garantida a segurança do próprio instrumento.”

**6.3.14 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para uma breve resposta ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves. Nós no nosso partido, no Bloco de Esquerda, não expulsamos ninguém por ter opiniões diferentes, aliás, congratulamo-nos e exatamente por isso é que eu estou no Bloco de Esquerda, por ser um partido com bastante diversidade. Agora, somos coerentes. Essa é a grande questão. Somos coerentes nas nossas votações e nas nossas posições.”

**6.3.15 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Claro que sim Senhora Presidente da Câmara, estamos abertos a essa opção desde que esta proposta seja aprovada e que fique ao alcance de todos democraticamente, visto que esta palavra hoje e ainda bem, está aqui a ser muito utilizada, o interesse é esse que fique acesso a todos os cidadãos e em segurança também convém.”

**6.4 -** Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

**6.4.1 –** A moção/deliberação “pela implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local” foi aprovada por unanimidade;

**6.5.2 –** A recomendação “construção de parques de realojamento de matilhas” foi votada ponto por ponto, nos seguintes termos:

**6.5.2.1 –** A alínea a) do documento foi votada separadamente, tendo sido rejeitada por maioria, com 18 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) e 18 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN. Verificando-se um empate, nos termos regimentais, ocorre o desempate pelo voto de qualidade, contra, do Presidente da Assembleia Municipal.

**6.5.2.2 –** Todo o restante documento foi aprovado por unanimidade.

**6.5.3 –** A saudação à “mobilização antirracista” foi aprovada por unanimidade.

**6.5.3.1 –** O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, apresenta uma declaração de voto à saudação da mobilização antirracista:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como não poderia deixar de ser o CDS-Partido Popular vota favoravelmente a Moção do Bloco de Esquerda apresentada e discutida na presente sessão de Assembleia Municipal de Almada intitulada de Saudação à Mobilização Antirracista. Vota favoravelmente, pois repudia qualquer manifestação de racismo venha de onde vier uma vez que, ao ser humano deve-lhe ser reconhecida a máxima dignidade e respeito tenha a origem que tiver. No caso em questão, condena-se o racismo tendo em consideração e na sua origem, um caso concreto passado nos Estados Unidos, com a morte de um homem negro, depois de uma abordagem policial, tendo os protestos e a indignação atravessado continentes originando pela opinião pública um grande sentimento de revolta. A qualquer ato devidamente comprovado de racismo e de discriminação em função da raça, deve ser altamente condenável e censurado na sociedade. Contudo, a mesma sociedade não pode esquecer que, infelizmente, nem só nas sociedades ocidentais e ditas “modernas” ou modernizadas como são os casos majoritários dos continentes europeu e americanos, existe discriminação em função da raça, da etnia ou da cor da pele. Em outros continentes como África e Ásia tal como no Médio Oriente, horrendas atrocidades que são cometidas diariamente sobre pessoas indefesas e incapacitadas, onde se incluem crianças, mulheres e velhos, ao mesmo tempo que não se defende, antes pelo contrário, se ofende sistematicamente os mais valiosos direitos humanos. Desta forma e baseado nesse esquecimento que atinge a sociedade ocidental regulada pelo mediatismo e sensacionalismo, esquecendo maior parte das vezes que também outras vidas interessam noutros lugares do mundo, o CDS-Partido Popular vem reforçar a luta contra o racismo e todas as formas de discriminação no mundo inteiro, incluindo naqueles lugares mais recônditos e esquecidos onde as câmaras e as máquinas fotográficas não chegam para denunciar esses atentados aos direitos humanos.”

**6.5.4 –** A recomendação “pela regulamentação e implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local” foi aprovada por unanimidade.

**6.5.5 –** A recomendação “atribuição automática da tarifa da água e resíduos” foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 3 dos eleitos do Grupo Municipal



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind); e 4 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.

**6.5.6** – A saudação “28 de junho – dia do orgulho gay” foi aprovada por maioria com 36 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind); e 1 contra do eleito do CDS-PP.

**6.5.7** – A moção “pela construção do Centro de Saúde do Feijó” fi aprovada por unanimidade.

**6.5.8** – O voto de “louvor aos profissionais de saúde” foi aprovado por unanimidade.

**6.5.9** – A moção sobre “instalação de instrumentos musicais adaptados ao ar livre, criação do jardim/parque da música no concelho de Almada” foi aprovada por unanimidade.

**7** – Tendo-se atingido o tempo limite regimental, sendo 00 horas e 20 minutos, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, deu-se por concluída a 1ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 26, pelas 21 horas e 15 minutos.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, Amélia Pardal, António Matos, Rui Jorge Martins e Luís Filipe Pereira.

**10** - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 23 Senhores Múncipes.

**11** - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

*Paulo Viegas*  
*Amélia Pardal*

